



ACÓRDÃO Nº485/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº11853/2016.

Apensos: Processo nº 11859/2016.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Secretaria Municipal de Infraestrutura – SEMINF.

4- Exercício: 2015.

5- Responsável: Antonio Nelson de Oliveira Junior (Ordenador de Despesa).

6- Advogado: Flavio Cordeiro Antony – OAB/AM 1040, Flávio Cordeiro Antony Filho – OAB/AM 6910, Adelaide da Costa Novo Antony – OAB/AM 1361, Luiz Augusto de Borborema Blasch – OAB/AM 7982 e William da Silva Simonetti – OAB/AM 7441.

7- Unidade Técnica: DICOP e DICAMM.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 2666/2021, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.

9- Relator: Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Secretaria Municipal de Infraestrutura – SEMINF. Exercício de 2015.

*Regularidade com ressalvas. Multa.
Recomendação. Ciência. Determinação.
Arquivamento.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas Anual da Secretaria Municipal de Infraestrutura e do PROURBIS, exercício de 2015, sob a responsabilidade dos Srs. **Alexandre Marinho de Moraes** (Secretário) e **Antônio Nelson de Oliveira Júnior** (Ordenador de Despesas), nos termos do art. 71, II da CF/88, c/c art. 40, II da Constituição do Estado do Amazonas/1989, arts. 1º, II, “a” e 22, II, da Lei n.º 2.423/96 e art. 188, §1º, II, da Resolução n. 4/02 – TCE/AM, conforme Fundamentação do Relatório/Voto;

10.2. Aplicar Multa ao Sr. **Alexandre Marinho de Moraes**, no valor de **R\$**



ACÓRDÃO Nº485/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

3.413,60 (três mil, quatrocentos e treze reais e sessenta centavos), que deverá ser recolhida no **prazo de 30 (trinta) dias**, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”, em razão da impropriedade não sanada elencada no item 184, conforme a Fundamentação do Relatório/Voto, com fulcro no art. 54, VII da Lei n. 2423/96, com redação alterada pela LC nº 204/20, c/c art. 308, VII, da Resolução nº 4/02-TCE/AM, alterada pela Resolução TCE/AM nº 4/18-TCE/AM. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.3. Aplicar Multa ao Sr. **Antônio Nelson de Oliveira Junior**, no valor de **R\$ 3.413,60** (três mil, quatrocentos e treze reais e sessenta centavos), que deverá ser recolhida no **prazo de 30 (trinta) dias**, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE” em razão da impropriedade não sanada elencada no item 184, conforme a Fundamentação do Relatório/Voto, com fulcro no art. 54, VII da Lei n. 2423/96, com redação alterada pela LC nº 204/20, c/c art. 308, VII, da Resolução nº 4/02-TCE/AM, alterada pela Resolução TCE/AM nº 4/18-TCE/AM. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 3

ACÓRDÃO Nº485/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.4. Recomendar à Secretaria Municipal de Infraestrutura - SEMINF que o item "Administração da Obra" seja considerado como mensalista, adequando-se seus valores, conforme itens 155/158 da Fundamentação do Relatório/Voto, e que aprimore o planejamento da gestão financeira e evite incorrer nos atrasos constantes nos itens 235/237 da Fundamentação do Relatório/Voto;

10.5. Dar ciência deste Relatório/Voto e do decisório superveniente aos interessados Srs. **Alexandre Marinho de Moraes** e **Antônio Nelson de Oliveira Júnior**; e

10.6. Determinar o arquivamento do processo nº 11.859/2016, em apenso, haja vista que fora analisado em conjunto com este processo, visando evitar o *bis in idem*; e

10.7. Arquivar os autos, expirados os prazos legais.

11- Ata: 11ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 6 de Abril de 2022.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente
ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro Relator
JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral